

PREFÁCIO À SEXTA EDIÇÃO.....	25
PREFÁCIO À QUINTA EDIÇÃO.....	27
PREFÁCIO À QUARTA EDIÇÃO.....	29
PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO.....	31
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO.....	33
PREFÁCIO.....	35
PREÂMBULO.....	37
PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS.....	39

PARTE I

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....	45
1. ASPECTOS PRELIMINARES.....	45
1.1. Conceito.....	45
1.2. Fundamentos.....	47
1.3. Formação histórica.....	48
1.4. Princípios.....	50
1.4.1. Fases do princípio da boa-fé.....	51
1.5. Conteúdo.....	52
2. RELAÇÕES COM OUTROS RAMOS DA CIÊNCIA JURÍDICA E DO CONHECIMENTO.....	52
3. FONTES.....	53
3.1. Fontes formais no direito brasileiro.....	53
3.2. Fontes subsidiárias.....	54
4. APLICAÇÃO.....	55
5. DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL.....	57
CAPÍTULO II – DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	59
1. AUTONOMIA E FINALIDADE.....	59

2.	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT).....	59
2.1.	Princípios da OIT	60
2.2.	Estrutura e ação da OIT	60
3.	PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO	62
3.1.	Princípios da justiça e da política social.....	62
3.2.	Princípio da igualdade de direitos e oportunidades	63
3.3.	Princípio do respeito aos direitos humanos	63
3.4.	Princípio da solução pacífica de conflitos	64
4.	APLICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	65
5.	A QUESTÃO DA SUPRALEGALIDADE	67
6.	APLICAÇÃO DAS CITS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	68
	CAPÍTULO III – DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO	69
1.	CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	69
2.	EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL NO BRASIL.....	69
2.1.	Constituição de 1824	70
2.2.	Constituição de 1891	70
2.3.	Constituição de 1934	70
2.4.	Constituição de 1937	70
2.5.	Constituição de 1946	71
2.6.	Constituição de 1967	71
2.7.	Constituição de 1988	71
3.	DIREITOS SOCIAIS	72
3.1.	Direito à Educação	72
3.2.	Direito à Saúde	72
3.3.	Direito à Alimentação.....	73
3.4.	Direito ao Trabalho.....	73
3.5.	Direito à Moradia	73
3.6.	Direito ao Transporte.....	74
3.7.	Direito ao Lazer	74
3.7.1.	Formas mais usuais de entretenimento.....	74
3.7.2.	Prática do desporto.....	75
3.7.3.	Dois casos específicos: menores e idosos	76
3.8.	Direito à Segurança	77
3.9.	Direito à Previdência Social.....	77
3.10.	Direito de Proteção à Maternidade e à Infância.....	78
3.11.	Direito de Assistência aos Desamparados.....	78
3.12.	Direito à Felicidade	79
3.12.1.	A doutrina da felicidade	79
3.12.2.	Direito constitucional à felicidade.....	81
3.12.3.	Índice de felicidade no reino do Butão.....	82
3.12.4.	Índice de felicidade no Brasil e nas Nações Unidas.....	85
3.12.5.	Encontro da felicidade.....	87
4.	DIREITOS TRABALHISTAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	88
5.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	90

CAPÍTULO IV – DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO	93
1. A REFORMA DE 2019	93
2. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO	94
3. MINISTÉRIO DA ECONOMIA E SUAS ATRIBUIÇÕES	94
4. FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO	95
CAPÍTULO V – CONTRATO DE TRABALHO	97
1. AS DISTINTAS FORMAS DE RELAÇÕES DE TRABALHO	97
1.1. Fases da Contratação	97
2. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	98
2.1. Características do Contrato de Trabalho	99
2.2. Classificação do Contrato de Trabalho	99
2.3. Tipos Comuns de Contrato de Trabalho	100
2.3.1. Por prazo indeterminado	100
2.3.2. Por prazo determinado	100
2.3.2.1. De experiência	101
2.3.2.2. Por obra certa	101
2.3.2.3. Para acréscimo de empregados	101
2.3.2.4. De trabalho temporário	102
2.3.3. De trabalho rural	103
2.3.4. Em tempo parcial	105
2.3.5. Trabalho intermitente	105
2.3.5.1. Tratamento no direito comparado	106
2.3.5.2. Formas de prestação do trabalho intermitente	106
2.3.5.3. Pontos polêmicos	107
2.4. Contratos Afins	110
2.4.1. De trabalho avulso	110
2.4.2. De trabalho avulso não portuário	112
2.4.3. Autônomo	115
2.4.4. Vendedor ambulante	117
2.4.5. Diarista	117
2.4.6. Eventual	118
2.4.7. Estagiário	118
2.4.7.1. Evolução legislativa	118
2.4.7.2. Natureza jurídica	119
2.4.7.3. A prestação do estágio	119
2.4.7.4. O recesso do estagiário	120
2.4.7.5. Responsabilidade no estágio	121
2.4.7.6. O novo estagiário	121
2.4.8. Por equipe	122
2.4.9. Trabalho em cooperativas	122
2.4.9.1. Origem e regime jurídico	122
2.4.9.2. Definição	122
2.4.9.3. Classificação	123
2.4.9.4. Normas civilistas	123

2.4.9.5. Objeto	123
2.4.9.6. Ingresso	123
2.4.9.7. Características	124
2.4.9.8. Contribuição previdenciária de cooperativas	124
2.4.10. Parassubordinação	128
2.5. Contrato Verde e Amarelo	128
3. OUTROS TIPOS DE CONTRATO	129
3.1. De Prestação de Serviços	129
3.2. De Trabalho Voluntário	130
3.3. De Representação Comercial	130
3.4. De Franquia	130
3.5. De Empreitada	132
3.6. De Subempreitada	132
3.7. De Mandato	133
3.8. De Corretagem	133
3.8.1. Corretores de imóveis	134
3.9. De Trabalho Multifuncional	134
CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO DE ALGUMAS PROFISSÕES	136
1. ADVOGADO	136
2. ARQUITETO E URBANISTA	138
3. ARTISTA	138
4. ATLETA PROFISSIONAL	139
4.1. Histórico do Desporto no Brasil	139
4.2. Legislação Brasileira sobre Desporto	140
4.3. Peculiaridades das Questões Desportivas	142
4.3.1. Passe	142
4.3.2. Direito de arena	143
4.3.3. Bicho e luvas	143
4.3.4. Concentração	144
4.3.5. Jornada de trabalho	144
5. CABELEIREIRO, MANICURE E ASSEMELHADOS	144
6. CABINEIRO DE ELEVADOR	146
7. COMERCIÁRIO	147
8. DENTISTA	148
9. <i>DISC JOCKEY</i> (DJ)	149
9.1. Sentido da Profissão	149
9.2. A Atividade de <i>Disc Jockey</i> (DJ)	149
9.3. <i>De Lege Ferenda</i> : À Regulamentação Vetada	151
10. EMPREGADO DOMÉSTICO	153
10.1. Evolução e Características	153
10.2. Emenda Constitucional n. 72/2013	153
10.3. A Lei Complementar n. 150/2015	155
10.4. Contrato de Trabalho	155
10.4.1. Celebração	155

10.4.2. Rompimento.....	156
10.4.2.1. Proibição de dispensa arbitrária ou injusta	156
10.4.2.2. Seguro-desemprego	157
10.4.2.3. Aviso-prévio.....	157
10.5. Salário e Remuneração	158
10.5.1. 13º Salário	158
10.5.2. Vale-transporte	158
10.5.3. Crime de retenção dolosa.....	159
10.5.4. Família em viagem	159
10.5.5. Sobreaviso e prontidão	159
10.5.6. Salário-família.....	159
10.6. Casos de Interrupção.....	160
10.6.1. Proteção à maternidade	160
10.6.2. Licença-paternidade	160
10.6.3. Repouso semanal.....	160
10.6.4. Férias	160
10.7. Jornada de Trabalho	161
10.7.1. Intervalos.....	162
10.7.2. Controle de frequência.....	162
10.7.3. Jornada 12x36	163
10.7.4. Adicional noturno	163
10.8. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	163
10.9. Outros Direitos.....	164
10.9.1. Previdência social.....	164
10.9.2. Fiscalização do trabalho doméstico.....	164
10.9.3. Riscos inerentes ao trabalho	164
10.9.4. Negociação coletiva	165
10.9.5. Proibição de discriminação	166
10.9.6. Trabalho do menor	166
10.9.7. Creches e pré-escolas	167
10.9.8. Seguro contra acidente de trabalho	167
10.10. Descontos Permitidos e Proibidos.....	168
10.11. Simples Doméstico	168
10.12. Os Direitos Excluídos.....	169
10.13. Convenção n. 189/2011	170
10.14. Perspectivas para a Relação de Trabalho Doméstico	172
11. ENGENHEIRO E ENGENHEIRO-AGRÔNOMO	174
12. GUARDADOR E LAVADOR AUTÔNOMO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	174
13. ÍNDIO TRABALHADOR	176
14. JORNALISTA.....	177
15. MÉDICO	178
16. MÚSICO.....	179
17. PROFESSOR.....	180
17.1. A Atividade Docente.....	180
17.2. Faltas do Professor e Reposições de Aulas	182
17.2.1. As diversas situações legais	183
17.2.2. A solução mais indicada.....	184

18. RADIALISTA	185
19. RADIOLOGISTA	187
20. <i>SOMMELIER</i>	187
21. TURISMÓLOGO	188
CAPÍTULO VII – OUTRAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO	191
1. PEJOTIZAÇÃO	191
2. TERCEIRIZAÇÃO	193
2.1. Parâmetros gerais	193
2.2. Em Empresas de Energia Elétrica e de Telecomunicações	195
2.3. Em Bancos	197
4. QUARTEIRIZAÇÃO	198
4. DESLOCALIZAÇÃO	199
4.1. Deslocalização Internacional	199
4.1.1. Deslocalização na União Europeia	200
4.2. Deslocalização Interna	202
4.2.1. Identificação e características	202
4.2.2. A realidade inegável e um norte a seguir	203
5. TRABALHO NO ESTRANGEIRO	205
5.1. Aspectos Gerais	205
5.2. Elementos de Conexão	207
5.3. Conflito de leis	208
5.4. Ordem Pública e Fraude à Lei	209
5.5. Situações Especiais	209
5.5.1. Aeronautas e marítimos	209
6.5.2. Técnicos estrangeiros no Brasil	210
6. TRABALHO PARA ENTES DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	211
6.1. Sujeitos	211
6.2. Estados	212
6.2.1. Elementos e Direitos	212
6.2.2. Tipos de Estados	213
6.2.3. Surgimento, transformação, extinção, substituição e reconhecimento de Estado	214
6.2.4. Órgãos de representação do Estado	215
6.3. Organizações Internacionais	216
6.4. Coletividades Não Estatais	217
6.5. Outras Coletividades	218
7. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	218
8.1. Direito ao trabalho, habilitação e reabilitação profissional e inclusão no mercado de trabalho ..	218
CAPÍTULO VIII – SUJEITOS: EMPREGADO E EMPREGADOR	220
1. O EMPREGADO	220
1.1. Identificação Profissional	220
1.1.1. CTPS	220
1.1.1.1. CTPS digital	221
1.1.2. Registro de empregados	222

1.2.	Empregado hipersuficiente.....	222
1.2.1.	Críticas ao modelo.....	223
1.2.2.	Remuneração.....	224
1.2.3.	Direito adquirido e direitos garantidos.....	224
2.	EMPREGADOR.....	224
2.1.	Desconsideração do Empregador.....	225
2.2.	Grupo de Empresas.....	226
2.3.	Alteração na Estrutura da Empresa.....	227
2.4.	Sucessão de Empregador.....	227
2.4.1.	Responsabilidade de sócios.....	228
2.4.2.	Jurisprudência acerca de sucessão trabalhista.....	228
2.5.	Recuperação e Falência da Empresa.....	229
2.5.1.	Recuperação Judicial.....	229
2.5.2.	Falência da empresa.....	230
3.	DIREITOS E DEVERES DAS PARTES.....	231
4.	ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	232
4.1.	Casos mais Costumeiros.....	232
4.2.	Transferência do Empregado.....	235
4.3.	<i>Jus Variandi</i> x <i>Jus Resistentiae</i>	236
4.4.	Transferência para o Exterior.....	236
4.4.1.	Engenheiros e assemelhados.....	237
4.4.1.1.	Lei aplicável.....	237
4.4.1.2.	Salário.....	237
4.4.1.3.	Férias.....	237
4.4.1.4.	Hipóteses de retorno.....	238
4.4.1.5.	FGTS.....	238
4.4.1.6.	Outros aspectos.....	239
4.4.2.	Empregados brasileiros no exterior.....	239
4.5.	Desvio de função e acúmulo de funções.....	239
CAPÍTULO IX – SUSPENSÃO, INTERRUPÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....		241
1.	SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	241
1.1.	Conceito e Distinção.....	241
1.2.	Hipóteses de Suspensão.....	242
1.2.1.	Auxílio-doença.....	242
1.2.2.	Aposentadoria por invalidez.....	242
1.2.3.	Serviço Militar e Encargo Público.....	243
1.2.4.	Mandato sindical.....	244
1.2.5.	Suspensões disciplinar e para apuração de falta grave.....	244
1.2.6.	Greve.....	245
1.2.7.	Prisão preventiva.....	245
1.2.8.	Inquérito administrativo.....	245
1.2.9.	Acidente de trabalho.....	245
1.2.9.1.	Acidente de trabalho fora do trabalho.....	246
1.2.10.	Aborto criminoso.....	247
1.2.11.	Violência doméstica e familiar.....	247
1.2.12.	Qualificação profissional.....	248

1.3.	Hipóteses de Interrupção	249
1.3.1.	Ausências legais.....	249
1.3.2.	Doença.....	250
1.3.3.	Gestante.....	250
1.3.4.	Repouso semanal remunerado, feriados e férias.....	250
1.3.5.	Testemunha	250
1.3.6.	Licença-Paternidade	251
1.3.7.	Jurado	252
1.3.8.	Aborto não criminoso.....	252
1.3.9.	Motivo de segurança nacional.....	252
1.3.10.	Paralisação da empresa.....	253
1.3.11.	Meio ambiente de trabalho inadequado	253
1.3.12.	Exame vestibular	254
1.3.13.	Reunião de organismo internacional.....	254
1.3.14.	Consultas médicas.....	254
1.4.	Efeitos nos Contratos	254
2.	EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	255
2.1.	Formas.....	255
2.1.1.	Quitação	256
2.1.2.	Quantidade de empregados despedidos	257
2.1.2.1.	Dispensa individual.....	258
2.1.2.2.	Dispensa individual plúrima	258
2.1.2.3.	Dispensa coletiva.....	258
2.2.	Modalidades	259
2.2.1.	Dispensa imotivada, arbitrária e discriminatória	259
2.2.2.	Dispensa por justa causa	260
2.2.2.1.	Noções gerais.....	260
2.2.2.2.	Casos de justa causa	261
2.2.2.2.1.	Faltas graves praticadas pelo empregado.....	261
2.2.2.2.2.	Faltas graves praticadas pelo empregador	268
2.2.3.	Rescisão por acordo.....	271
3.	OUTRAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	272
3.1.	Culpa Recíproca	272
3.2.	Demissão	272
3.3.	Cumprimento de Obrigações Legais	272
3.4.	Morte do Empregador Pessoa Física	272
3.5.	Morte do Empregado.....	273
3.6.	De Contrato por Prazo Determinado	273
3.7.	<i>Factum Principis</i>	274
3.8.	Seguro-desemprego	274
	CAPÍTULO X – AVISO-PRÉVIO	277
1.	GENERALIDADES.....	277
2.	AVISO-PRÉVIO PROPORCIONAL	278
3.	INDENIZAÇÃO ADICIONAL.....	279

CAPÍTULO XI – APOSENTADORIA E O CONTRATO DE TRABALHO	280
1. A CONDIÇÃO DE APOSENTADO À LUZ DA CLT	280
2. A SITUAÇÃO ANTE A NORMA VIGENTE.....	281
3. A JURISPRUDÊNCIA E O PROBLEMA DA ACUMULAÇÃO	283
4. DESAPOSENTAÇÃO E REAPOSENTAÇÃO.....	285
4.1. Posição do STF: será o fim da desaposentação?	286
CAPÍTULO XII – GARANTIA DE EMPREGO	288
1. GENERALIDADES SOBRE O INSTITUTO.....	288
2. ESTABILIDADE DECENAL	289
3. CASOS DE GARANTIA DE EMPREGO.....	290
3.1. Acidente do Trabalho	291
3.2. Membro de CCP	291
3.3. Dirigente de Cooperativa	292
3.4. Empregado Reabilitado e Deficiente Habilitado.....	292
3.5. Representante de Empregados no CNPS.....	292
3.6. Representante de Empregados no Conselho Curador do FGTS	293
3.7. Dirigente Sindical.....	293
3.8. Cipeiro.....	295
3.9. Gestante.....	295
3.10. Empregados do Estado	296
3.11. Portador de HIV	297
3.12. Representante dos empregados em comissão de empresa.....	297
4. PROGRAMA SEGURO-EMPREGO.....	298
4.1. Mecanismos para seu funcionamento	299
4.2. Negociação para o acordo coletivo.....	300
4.3. Exigências para sua implementação.....	301
4.4. Previdência social e FGTS	301
4.5. Exclusão do programa.....	302
CAPÍTULO XIII – DANOS AO TRABALHADOR	303
1. TIPOS DE DANO E NECESSIDADE DE REPARAÇÃO.....	303
2. DANO EXTRAPATRIMONIAL: AS REGRAS DA CLT	304
3. DANO MORAL/ DANO EXTRAPATRIMONIAL.....	306
3.1. Assédio Sexual.....	309
3.2. Assédio Processual	309
3.3. Revista Íntima.....	311
3.4. Dano Biológico	313
3.5. Assédio Moral e Dano Psicológico	313
3.6. Dano Existencial.....	315
4. DANO MATERIAL/PATRIMONIAL	315
5. DANO ESTÉTICO.....	316
6. DANO COLETIVO.....	316
7. ACIDENTE DO TRABALHO	317
7.1. Indenização pelos danos ao trabalhador	317

8.	PARAMETRIZAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL.....	318
8.1.	Cumulação de pedidos.....	318
8.2.	Critérios para apreciação do dano.....	319
8.3.	Tabelamento do dano	319
	CAPÍTULO XIV – SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	321
1.	DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	321
2.	ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO SALÁRIO	321
3.	ELEMENTOS INTEGRANTES DO SALÁRIO	322
3.1.	Comissão.....	322
3.2.	Porcentagem	322
3.3.	Diárias	322
3.4.	Reembolso de Despesas.....	323
3.5.	Abonos	323
3.6.	Prêmios.....	323
3.7.	Gratificações Ajustadas	323
3.8.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.....	323
3.8.1.	Lucro social	324
4.	ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE	324
4.1.	Finalidade e Alcance dos Adicionais.....	324
4.2.	Cumulação dos Adicionais.....	326
4.2.1.	A regra das Convenções ns. 148 e 155 da OIT.....	327
4.2.2.	O ajuste necessário na legislação brasileira.....	328
4.3.	Base de cálculo	330
5.	ADICIONAL DE PENOSIDADE E ADICIONAL DE ALTURA.....	331
6.	SALÁRIO <i>IN NATURA</i>	332
6.1.	Utilidades Excluídas da Natureza Salarial.....	332
7.	VALE-CULTURA	333
8.	VALE-TRANSPORTE	333
9.	VALE-ALIMENTAÇÃO	334
10.	GORJETA	335
10.1.	Gueltas	336
11.	CLASSIFICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO.....	336
12.	PROTEÇÃO DO SALÁRIO	337
12.1.	Importância do Salário	337
12.2.	Tipos de Garantias.....	338
12.2.1.	Defesa do salário em face do empregador	338
12.2.2.	Defesa do salário em face dos credores do empregado.....	339
12.2.3.	Defesa do salário em face dos credores do empregador	339
12.2.4.	Defesa do salário em face da família do empregado	340
13.	SALÁRIO MÍNIMO	341
14.	PISO SALARIAL E SALÁRIO PROFISSIONAL	342
15.	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	342
16.	14º SALÁRIO.....	343

17. ISONOMIA SALARIAL	343
17.1. Generalidades	343
17.2. Requisitos da Equiparação	345
17.2.1. Identidade de funções	345
17.2.2. Trabalho de igual valor	346
17.2.3. Tempo de serviço	346
17.2.4. Mesmo empregador	346
17.2.5. Mesmo estabelecimento	346
17.2.6. Contemporaneidade da prestação de serviços	347
17.2.7. Multa por discriminação	347
17.3. Casos que Excluem a Equiparação	347
17.3.1. Existência de quadro de carreira ou plano de cargos e salários	347
17.3.2. Regime de readaptação	348
17.3.3. Vantagens de caráter pessoal	348
18. EQUIVALÊNCIA SALARIAL	348
19. SALÁRIO-SUBSTITUIÇÃO	349
20. ABONO SALARIAL	349
21. ACESSÓRIOS DO TRABALHADOR	349
CAPÍTULO XV – TRABALHO DA MULHER	351
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	351
2. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER	352
2.1. No Direito Internacional	352
2.2. No Direito Comparado	354
2.3. No Brasil	355
3. MEDIDAS ANTIDISCRIMINATÓRIAS	356
4. CONSCIENTIZAÇÃO DA REALIDADE	357
5. PRIVILÉGIOS DA MULHER TRABALHADORA	358
5.1. Garantia de Emprego na Maternidade	358
5.1.1. Proteção à maternidade na CLT	358
5.1.2. Garantia de emprego e contrato por prazo determinado	360
5.1.2.1. A posição do STF	361
5.1.2.2. A mudança do TST	363
5.2. Creches e Pré-Escolas	365
5.3. Licença-maternidade	365
5.4. Mãe Adotiva	366
5.5. Mãe Social	366
5.6. Empresa Cidadã	366
CAPÍTULO XVI – TRABALHO DO MENOR	368
1. DISTINÇÃO	368
2. ESCORÇO HISTÓRICO	368
3. PANORAMA INTERNACIONAL	368
4. PROGRAMAS DE SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA	369
5. IDADE DO MENOR	370

6.	DIREITO AO TRABALHO	371
7.	APRENDIZ	371
8.	ESTATUTO DA JUVENTUDE	373
9.	PROIBIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	374
CAPÍTULO XVII – TRABALHO DECENTE.....		375
1.	SENTIDO DE DECÊNCIA NO TRABALHO.....	375
2.	UM PROBLEMA SÉRIO: A ÁSIA INDECENTE	376
3.	O PROBLEMA NO BRASIL	376
3.1.	<i>Truck System</i> e Aviamento.....	377
3.2.	Trabalho Forçado	379
3.2.1.	A Emenda Constitucional n. 81 e as distinções necessárias.....	379
3.2.2.	Tratamento no direito internacional.....	380
3.2.3.	Regras legais brasileiras	381
3.2.4.	Hipóteses de trabalho forçado	383
3.3.	Pontos de Discriminação	384
3.3.1.	Trabalho da mulher	384
3.3.2.	Trabalho infantil	384
3.4.	O que Tem Feito o Brasil	385
4.	OUTRAS PREOCUPAÇÕES.....	386
CAPÍTULO XVIII – DURAÇÃO DO TRABALHO.....		388
1.	HISTÓRICO	388
2.	FUNDAMENTOS E DISTINÇÕES.....	388
3.	CLASSIFICAÇÃO DA JORNADA	389
3.1.	Quanto à Duração	389
3.2.	Quanto ao Período	389
3.3.	Quanto à Profissão	389
3.4.	Quanto à Remuneração	390
3.5.	Quanto à Rigidez do Horário	390
4.	TIPOS DE HORÁRIO	390
4.1.	Jornada Normal	390
4.2.	Regime de Tempo Integral.....	391
4.3.	Regime de Tempo Parcial	391
4.4.	Trabalho Extraordinário	392
4.4.1.	Acordo para prorrogação de jornada	392
4.4.2.	Sistema de compensação de jornada	393
4.4.3.	Casos de necessidade imperiosa	394
4.4.3.1.	Força maior	395
4.4.3.2.	Serviços inadiáveis e prejuízo manifesto	395
4.4.4.	Reposição de paralisações.....	395
4.5.	Banco de Horas.....	395
4.6.	Empregados Excluídos da Jornada Legal	397
4.7.	Sobreaviso.....	398
4.8.	Prontidão	398
4.9.	Turnos Ininterruptos de Revezamento	399

4.10. Intervalos.....	400
4.10.1. Intervalo intrajornada	400
4.10.2. Intervalo interjornada	402
4.10.3. Intervalo pré-jornada suplementar.....	402
4.10.3.1. Recepção pela Constituição.....	403
4.10.3.2. Pela revogação	404
4.10.3.3. Aplicação abrangente.....	405
4.10.3.4. A solução mais ideal	406
4.10.4. Outros intervalos.....	407
4.10.4.1. Intervalo para recuperação térmica	407
4.10.4.2. Intervalo em minas de subsolo.....	407
4.10.4.3. Intervalo de mecanografia e digitação	408
4.10.4.4. Intervalo especial do rurícola	408
4.10.5. Quadro de intervalos	409
4.11. Horário <i>in itinere</i>	409
4.12. Jornadas especiais.....	410
4.12.1. Bancários	410
4.12.1.1. Banco Postal	412
4.12.2. Telefonistas e assemelhados	412
4.12.3. Trabalhadores em cinemas	413
4.12.4. Ferroviários	413
4.12.5. Marítimos	415
4.12.6. Trabalhadores em frigoríficos	416
4.12.7. Mineiros.....	417
4.12.8. Trabalhadores em mecanografia e informática	417
4.12.9. Motorista profissional.....	417
4.12.10. Jornada 12x36	418
4.13. Trabalho Noturno.....	419
4.13.1. Delimitação da jornada noturna.....	419
4.13.1.1. Empregados urbanos	419
4.13.1.2. Empregados rurais.....	420
4.14. Repouso semanal remunerado	420
4.15. Feriados.....	421
CAPÍTULO XIX – FÉRIAS	422
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	422
2. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS	422
3. ATUAÇÃO DA OIT QUANTO ÀS FÉRIAS	423
4. DURAÇÃO DAS FÉRIAS.....	424
5. PERÍODO CONCESSIVO	426
6. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	427
7. ABONO DE FÉRIAS.....	428
8. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	428
9. FÉRIAS PROPORCIONAIS.....	429
9.1. Situação de Empregado com Menos de um Ano de Casa.....	429
10. FÉRIAS COLETIVAS.....	429

CAPÍTULO XX – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	431
1. ORIGENS E MOTIVAÇÕES	431
2. SIGNIFICADO	432
3. NATUREZA JURÍDICA	432
4. ADMINISTRAÇÃO	433
5. MECANISMOS DO SISTEMA	433
5.1. Valor do Depósito	433
5.2. Cálculo	434
5.3. Efeitos sobre Situações Específicas	436
6. HIPÓTESES DE SAQUE	436
6.1. Códigos de Saque	438
7. MULTAS DO FGTS	439
8. REVISÃO DO FGTS	440
8.1. Atualização dos Depósitos	441
8.2. Forma de Recuperação das Perdas	441
8.3. Enfrentamento no STJ e no STF	443
CAPÍTULO XXI – MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	444
1. SIGNIFICADO, NATUREZA JURÍDICA E ABRANGÊNCIA	444
2. PREOCUPAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	445
3. A CONVENÇÃO N. 155 DA OIT	446
4. EMPREGOS VERDES	448
5. IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS TRABALHISTAS	449
6. ALGUMAS SUGESTÕES	451
CAPÍTULO XXII – PRESCRIÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO	453
1. GENERALIDADES	453
2. HIPÓTESES ESPECIAIS	454
2.1. Menores e Indígenas	454
2.2. Férias	454
2.3. Comissões de Conciliação Prévia	455
2.4. FGTS	455
2.5. Dano Moral Trabalhista	456
2.6. Equiparação salarial	459
2.7. Trabalhador doméstico	459
2.8. Prescrição Intercorrente	460
2.9. Prescrição de Ofício	460
CAPÍTULO XXIII – MOBILIDADE HUMANA E RELAÇÕES DE TRABALHO	461
1. EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO	461
2. AS MIGRAÇÕES HUMANAS	462
3. FORMAS ESPECÍFICAS DE MOBILIDADE HUMANA	463
4. AS MIGRAÇÕES INTERNA E INTERNACIONAL	464
4.1. Migração no Brasil	464
4.2. Migração internacional	464

5.	A SITUAÇÃO DOS ESTRANGEIROS	466
6.	OUTROS ASPECTOS RELEVANTES	467
CAPÍTULO XXIV – DIREITO DIGITAL DO TRABALHO.....		469
1.	DO CÉLEBRO ELETRÔNICO AO <i>SMARTPHONE</i>	469
1.1.	A Revolução Industrial e suas Fases.....	469
1.2.	A Quarta Revolução Industrial: a do Presente.....	470
2.	ASPECTOS RELEVANTES COMO PLATAFORMAS DIGITAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	471
2.1.	<i>Compliance</i> : um <i>agir certo</i> necessário.....	473
2.2.	<i>Startups</i> Jurídicas	474
2.3.	<i>Cyber</i> Atleta.....	475
2.4.	Direito a Desconexão.....	476
2.5.	<i>Blogs</i> de Consulta: Influenciadores Digitais.....	477
2.6.	CTPS Digital	477
2.7.	Nanotecnologia	478
3.	UBERIZAÇÃO	478
3.1.	Definindo o Aplicativo Uber	478
3.2.	Tratamento Legal em Temas Similares.....	480
3.3.	Jurisprudência e Direito Estrangeiro e Jurisprudência Brasileira.....	481
3.4.	Visão Prospectiva.....	484
4.	TELETRABALHO	484
5.	DIREITO À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE.....	487
5.1.	Novas Formas de Violação	488
5.2.	Espaços Virtuais Corporativos	489
5.3.	Lei de Proteção de Dados	491
6.	DIREITO 5.0	492

PARTE II

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

INTRODUÇÃO.....	497
CAPÍTULO I – LIBERDADE SINDICAL	498
1. DIREITO DE ASSOCIAÇÃO.....	498
2. LIBERDADE SINDICAL E SINDICALISMO	498
3. ESPÉCIES DE SINDICALIZAÇÃO.....	499
3.1. Sindicalismo no Brasil	500
3.2. Situação Atual no Brasil e a Posição da OIT.....	501
3.3. Situação dos Parceiros no Mercosul	502
3.4. Sindicalização no Serviço Público	502
3.5. Perspectivas	503
4. DIMENSÕES DA LIBERDADE SINDICAL	504
CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	506
1. REGISTRO SINDICAL	506

2.	ESTRUTURA SINDICAL.....	509
2.1.	Autonomia.....	509
2.2.	Sistema Confederativo Hierarquizado.....	509
2.3.	Funções.....	509
2.3.1.	Função negocial.....	510
2.3.2.	Função assistencial.....	510
2.3.3.	Função econômica.....	510
2.3.4.	Função política.....	511
2.3.5.	Função financeira.....	511
2.3.6.	Função representativa.....	511
2.3.7.	Função colaboracionista.....	511
2.3.8.	Função social.....	512
2.4.	Centrais Sindicais.....	512
2.5.	Estrutura Interna.....	513
2.5.1.	Órgãos.....	513
2.5.2.	Dirigente sindical.....	513
2.5.3.	Atuação do sindicato.....	515
2.6.	Receita Sindical.....	516
2.6.1.	Contribuição sindical.....	516
2.6.1.1.	Contribuição sindical para servidor público.....	518
2.6.2.	Contribuição confederativa.....	520
2.6.3.	Mensalidade sindical.....	522
2.6.4.	Contribuição assistencial.....	522
2.6.5.	Formas de recuperação de receita.....	522
2.6.5.1.	O futuro e os não-associados.....	524
2.6.5.2.	Uma possível e necessária solução.....	525
CAPÍTULO III – CONFLITOS TRABALHISTAS E AUTONOMIA PRIVADA COLETIVA.....		527
1.	GREVE.....	527
1.1.	Considerações Gerais.....	527
1.2.	Histórico.....	529
1.3.	Tipos.....	530
1.3.1.	Greves atípicas.....	530
1.3.2.	Greves típicas.....	530
1.3.3.	Outras formas de paralisação.....	530
1.4.	Greve no Direito Internacional e Comparado.....	531
1.4.1.	Greve na França e na Itália.....	532
1.5.	Elementos.....	532
1.6.	Exercício Conforme a Atividade.....	533
1.6.1.	Atividade privada.....	533
1.6.2.	Nos serviços essenciais.....	533
1.6.3.	Práticas de abuso.....	534
1.6.4.	Servidores públicos.....	535
1.6.5.	Vedação do exercício da greve.....	536
1.7.	Greve Ambiental Trabalhista.....	537
1.7.1.	Generalidades.....	537
1.7.2.	Greve tradicional e greve ambiental.....	537

1.7.3.	Previsões legais sobre paralisações ambientais.....	538
1.7.4.	Identificação da greve ambiental.....	539
1.7.5.	Possibilidades de seu regular exercício no Brasil.....	541
1.7.6.	Forma de implementação.....	541
1.8.	Locaute.....	542
2.	AUTONOMIA PRIVADA COLETIVA.....	543
2.1.	Importância, Destinação, Ultratividade.....	543
2.1.1.	Ultratividade.....	544
2.2.	Espécies de Normas Coletivas Autônomas.....	545
2.3.	Condições de Validade das Normas Coletivas Autônomas.....	546
CAPÍTULO IV – SOLUÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS.....		548
1.	ESPÉCIES.....	548
1.1.	Autônomas.....	548
1.2.	Heterônomas.....	548
2.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA DIRETA.....	548
2.1.	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).....	549
2.2.	Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).....	549
2.3.	Legitimidade.....	549
2.4.	<i>Quorum</i>	550
2.5.	Registro.....	550
2.6.	Protesto Judicial.....	551
3.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA OBRIGATÓRIA.....	551
4.	MEDIAÇÃO.....	552
5.	ARBITRAGEM.....	553
5.1.	Generalidades sobre a Importância do Mecanismo.....	553
5.2.	Procedimento Arbitral.....	555
5.3.	Arbitragem no Trabalho Portuário.....	557
5.4.	Execução da Sentença ou Laudo Arbitral.....	558
5.5.	Perspectivas da Arbitragem Trabalhista.....	558
5.5.1.	A realidade brasileira para a arbitragem trabalhista.....	559
5.5.2.	Uma possível solução.....	559
CAPÍTULO V – NEGOCIADO VERSUS LEGISLADO.....		561
1.	A INTENÇÃO DAS MUDANÇAS.....	561
2.	O QUE PODE SER NEGOCIADO.....	563
3.	O QUE <i>EXPRESSAMENTE</i> NÃO PODE MUDAR.....	565
4.	OS MEIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS NEGOCIADAS.....	566
5.	SINDICATOS E O FUTURO GLOBAL.....	567
CAPÍTULO VI – SOLUÇÃO JURISDICIONAL DE CONFLITOS COLETIVOS: DISSÍDIO COLETIVO ..		569
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	569
2.	TIPOS DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....	570
2.1.	Dissídio Coletivo de Natureza Jurídica.....	570
2.2.	Dissídio Coletivo de Natureza Econômica.....	570
2.2.1.	Poder normativo e o de comum acordo.....	571

2.3.	Dissídio Coletivo Originário	572
2.4.	Dissídio Coletivo de Revisão	572
2.5.	Dissídio Coletivo de Extensão.....	572
2.6.	Dissídio Coletivo de Greve.....	572
3.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	575
4.	PROCEDIMENTO.....	576
4.1.	Petição Inicial.....	576
4.2.	Conciliação.....	577
4.3.	Fase Contenciosa.....	577
4.4.	Sentença Normativa	577
4.5.	Ação de Cumprimento	578
CAPÍTULO VII – O FUTURO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO (INCLUSIVE COLETIVAS).....		579
1.	ORIGENS DO FUTURO	579
2.	O FUTURO DO TRABALHO	580
3.	O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO.....	582
4.	O FUTURO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	584
5.	O FUTURO GLOBAL.....	587
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		589
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		597
PRINCIPAIS OBRAS DO AUTOR.....		603
DE AUTORIA EXCLUSIVA.....		603
OBRAS COORDENADAS.....		604
OBRAS EM COAUTORIA		605
PREFÁCIOS		609